

## Anarquismo e educação nova em Portugal: o contributo de Adolfo Lima

JOAQUIM ANTÓNIO SOUSA PINTASSILGO\*

### Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o pensamento pedagógico de Adolfo Lima, que é, nas primeiras décadas do século XX, simultaneamente um dos mais importantes intelectuais e educadores portugueses que se situam no campo do anarquismo e um dos principais impulsionadores das ideias e das práticas da chamada Escola Nova. Procuraremos, nesse âmbito, contribuir para a reflexão sobre a noção de “modelo educativo libertário” proposto por António Candeias. Analisaremos, para o efeito, algumas das principais conceções de Adolfo Lima tendo como eixos de análise conceitos como “escola neutra”, “educação social”, “educação integral”, “escola única” ou “autonomia dos educandos”.

**Palavras-chave:** Anarquismo; Educação Nova; Escola neutra; Educação social; Educação integral; Escola única.

### Abstract

This article aims to analyze the pedagogical thinking of Adolfo Lima, who is, in the first decades of the twentieth century, simultaneously one of the most important Portuguese intellectuals and educators who are in the field of anarchism and one of the main drivers of the ideas and practices of the so called New School. In this context, we will try to contribute to the reflection on the notion of the "libertarian educational model" proposed by António Candeias. For this purpose, we will analyze some of Adolfo Lima's main concepts, such as "neutral school", "social education", "comprehensive education", "unified school" or "student autonomy".

**Key words:** Anarchism; New Education; Neutral school; Social education; Comprehensive education; Unified school.



\* JOAQUIM ANTÓNIO SOUSA PINTASSILGO é Professor Associado do grupo de História da Educação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.



Escola Oficina Nº 1

O presente artigo propõe-se analisar o pensamento pedagógico de Adolfo Lima, que é simultaneamente, nas primeiras décadas do século XX, por um lado um dos mais importantes intelectuais e educadores portugueses situáveis no campo do anarquismo e, por outro lado, um dos principais impulsionadores das ideias e das práticas da chamada Escola Nova. Entre outras coisas, procuraremos refletir sobre a noção de “modelo educativo libertário”, proposta por António Candeias, e sobre o caso da escola laboratorial que o procurou corporizar sob a influência de Adolfo Lima – a Escola Oficina nº 1 de Lisboa. Analisaremos a posição crítica do educador tanto em relação à “escola confessional” como à “escola laica” em prol de uma “escola neutra”. Procuraremos caracterizar os projetos

de “educação social” e de “escola única” por ele defendidos, bem como o ideal de “educação integral”, tão caro ao anarquismo, e os valores da “solidariedade” e da “tolerância”, muito presentes no seu pensamento. Apresentaremos, ainda, a sua interpretação do conceito de *self-government*, elemento central do projeto democrático subjacente à dimensão cívica e política da Escola Nova, e a que dá o nome de “autonomia dos educandos”. Destacaremos, finalmente, as suas críticas ao militarismo e a defesa que faz do pacifismo e da necessidade de uma educação que o enfatize num contexto internacional em que as ameaças à paz estão cada vez mais presentes.

### 1. Adolfo Lima, a Escola Oficina nº1 e o “modelo educativo libertário” (em diálogo com António Candeias)

Adolfo Lima (1874-1943) foi uma das figuras mais presentes em contextos diversos do campo educativo português nas primeiras décadas do século XX, em particular durante o período republicano (1910-1926) e, também, um dos que mantinha relações mais estreitas com vultos internacionais do movimento da Educação Nova cujo espírito procurou corporizar em Portugal, a par de educadores como Faria de Vasconcelos, António Sérgio, Álvaro Viana de Lemos, António Aurélio da Costa Ferreira, João de Barros, Adolfo Coelho, Frederico Ferreira de Simas, Irene Lisboa e muitos outros. Formado em direito pela Universidade de Coimbra (1900), Adolfo Lima cedo descobriu a educação como o campo privilegiado para a sua realização pessoal e como forma de intervenção social. Foi professor da Escola Oficina nº 1 de Lisboa, do Liceu de Pedro Nunes e da Escola Normal Primária de Lisboa, de que foi Diretor entre 1918 e 1921 tendo acompanhado a sua transferência para o monumental (ainda que inacabado à época) edifício construído em Benfica. Colaborou com várias outras instituições e associações com destaque para a Sociedade de Estudos Pedagógicos, A Voz do Operário ou a Universidade Popular Portuguesa. Foi, na fase final do seu percurso, que coincidiu com a fase inicial do Estado Novo salazarista, Diretor da Biblioteca-Museu do Ensino Primário. Chegou a ser preso, embora por um período curto, no início da ditadura militar que conduziu à institucionalização do regime autoritário. Embora discreto na sua militância, colaborou regularmente com o movimento anarquista, sendo inquestionável, também pelas ideias que

professava, a sua pertença a esse mundo. António Candeias define-o como um “aristocrata anarquista” (CANDEIAS, 2003, p. 745), não só pelas suas raízes aristocráticas, que não alardeava, mas, particularmente, pelo rigor posto na defesa dos seus princípios, pela integridade da sua personalidade e pelo magistério que exercia sem se envolver no combate político estrito.

Foi igualmente António Candeias, na sua magistral tese dedicada à Escola Oficina nº 1, que propôs os conceitos de “modelo educativo libertário” ou de “modelo libertário de escola” para sistematizar as opções pedagógicas que esse projeto procurava corporizar a partir da iniciativa de Adolfo Lima. Aquele autor define esse constructo da seguinte forma:

Por modelo libertário de escola, ao contrário do que normalmente se entende por tal expressão, utilizada sobretudo para definir experiências pedagógicas de caráter não diretivo, entendemos nós o cruzamento entre as conceções pedagógicas da educação nova com as características e preocupações de ordem educativa e social do socialismo em geral, no nosso caso particular, do anarco-sindicalismo. (CANDEIAS, 1994, p. 28)

Este conceito coloca-nos perante a seguinte questão central: existe ou não existe uma pedagogia especificamente libertária ou anarquista? O recurso a ele pressupõe, pelo menos no contexto português, uma resposta negativa a tal pergunta. Os educadores anarquistas adotaram o essencial das ideias e das práticas da Educação Nova então em circulação internacional. Não encontramos, a este respeito, nenhuma originalidade particular nas experiências educativas desenvolvidas pelos círculos anarquistas. A novidade, como aponta

António Candeias, é que essas ideias e práticas são mescladas com valores e preocupações sociais típicas do pensamento libertário. De resto, a Educação Nova não é unívoca, antes plural e híbrida, e a sua interpretação pelo campo anarquista ou, pelo menos, por alguns intelectuais desse campo, foi sem dúvida uma das suas formas de manifestação no Portugal das primeiras décadas do século XX, sendo Adolfo Lima um dos seus grandes protagonistas.

Qual é, então, o “núcleo fundamental” em que assenta essa interpretação da Educação Nova por alguns sectores intelectuais libertários. Vejamos ainda o contributo de António Candeias para a resposta a esta questão:

a) Liberdade na educação, com a preocupação de que no centro dos processos de aprendizagem estejam as crianças, numa aplicação clara dos preceitos gerais da Educação Nova e dos Métodos Ativos, realçando a crença de que se não pode educar para a liberdade em ambientes onde essa liberdade não existe; b) O carácter integral da educação como forma de promover o desenvolvimento do ser humano, de combater a estratificação social [...] e de construir uma sociedade onde os conhecimentos comuns sejam levados o mais longe possível para prevenir novas desigualdades relacionadas com a transformação da divisão técnica do trabalho em divisão social. (CANDEIAS, 2003, p. 742-743)

Encontramos aqui alguns dos grandes princípios da Educação Nova como a defesa da liberdade e de uma educação para a liberdade, a colocação da criança no centro do processo de ensino e aprendizagem, a assunção de métodos ativos ou a valorização de uma educação integral, tudo isto em articulação com preocupações sociais

mais típicas do pensamento socialista e, neste caso, do anarquismo. Podemos sintetizar esta conjugação, tal como se apresenta na pedagogia anarquista, evocando duas fórmulas que representam dois grandes ideais do tempo plenamente assumidos por Adolfo Lima: “educação integral” e “escola única”.

A Escola Oficina nº 1, criada em 1905 por uma associação ligada ao republicanismo e à maçonaria, mas dinamizada, no seu espírito renovador, por um conjunto de professores inspirados pelo anarquismo (entre eles Adolfo Lima), assumia, a esse respeito, em particular até aos anos 20, um papel verdadeiramente modelar ou paradigmático. No Portugal republicano a escola foi quase permanentemente invocada como o grande exemplo de inovação pedagógica que podíamos apresentar tanto no plano nacional como no internacional. De resto, essa estratégia de apresentação de casos exemplares foi seguida habitualmente pelo campo inovador no âmbito do projeto de generalização dessas experiências. Essa exemplaridade da Escola Oficina nº 1 é reconhecida por António Candeias quando se lhe refere como sendo, à época, uma espécie de “oásis educativo” (CANDEIAS, 2003, p. 744) ou, ainda, um “laboratório pedagógico do anarco-sindicalismo português” (CANDEIAS, 1994, p. 29). O próprio Adolfo Lima, em artigo inserto na revista *Educação Social* e intitulado “As Escolas Novas” e onde glosa os famosos 30 pontos característicos dessas Escolas, segundo a tipologia de Adolphe Ferrière, sublinha o facto de na Escola Oficina nº 1, entendida como um “laboratório de pedagogia prática” (LIMA, 15 agosto 1924, p. 277), muitos daqueles pontos terem concretização prática, designadamente no que se refere à

prática da coeducação, à valorização dos trabalhos manuais e da educação estética, ao destaque dado à “atividade pessoal da criança” (LIMA, 15 agosto 1924, p. 280) ou ao fomento do *self-government* dos alunos por via de uma associação denominada “Solidária”. Embora adaptada ao contexto e às necessidades locais, a Escola Oficina nº 1 era, assim, apresentada como uma genuína Escola Nova. Adolfo Lima conclui o artigo manifestando a adesão plena da revista que ele próprio dirige a esse programa:

A EDUCAÇÃO SOCIAL não pode deixar de concordar com as ideias que estes princípios fundamentais apresentam, e se encontram englobados nos 30 pontos expostos, à parte, já se vê, certas minúcias mais de forma do que de fundo e, portanto, adere solenemente, por este meio aos referidos princípios e saúda em Adolphe Ferrière o ideal das Escolas Novas. (LIMA, 15 agosto 1924, p. 283)

Se esta escola constituiu um caso exemplar, ainda que não único, encontramos no Portugal das primeiras décadas do século XX muitas escolas da iniciativa de setores do operariado e do sindicalismo. O caso mais notável foi o da rede de escolas dinamizada pela associação A Voz do Operário, que chegaram a ser muitas dezenas no período em questão, entre escolas próprias e as chamadas escolas de contrato (LOPES, 1995). Segundo António Candeias, o movimento operário português procurou lançar “as bases de uma verdadeira rede escolar autónoma e alternativa face à rede educativa estatal” (CANDEIAS, 1994, p. 131). Este projeto assentava na importância que a educação e a cultura assumiam no pensamento libertário como fonte de regeneração e de progresso social. Da sua propagação

dependia a construção do “homem novo” e da “nova sociedade” imaginados pelo ideal libertário. Esta crença, de raiz simultaneamente iluminista e positivista, era, de resto, perfilhada por outros setores político-ideológicos, em particular os ligados ao republicanismo.

Se as escolas operárias, como diz António Candeias, eram “autónomas” em relação ao Estado, por fazerem parte do chamado “ensino livre”, e “alternativas”, ao procurarem uma formação social e ideologicamente diferenciada para os filhos dos operários, não o eram tanto no que diz respeito às suas opções pedagógicas. Na verdade, a realidade é sempre muito mais complexa e ambivalente. Se a Escola Oficina nº 1 representava um exemplo de inovação pedagógica, podemos encontrar, nesse mesmo momento, iniciativas escolares dos campos operário e anarquista que nos remetem mais para uma certa tradição pedagógica consubstanciada na “forma escolar” de educação, o que está muito presente, por exemplo, no debate sobre o caráter de boa parte das já referidas escolas de A Voz do Operário (LOPES, 1995). Além disso, colocava-se um outro problema, o da existência de práticas doutrinadoras na ação educativa dessas escolas. É isso mesmo que constata, ao tempo, um dos mais reconhecidos e prestigiados intelectuais libertários, Emílio Costa, em artigo publicado no mensário *Germinal*, por ele dirigido:

Houve uma onda de ‘ensino racional [...]’. Como o ‘ensino racional’ fora perseguido, começou-se a chamar racional a toda a propaganda revolucionária feita às crianças na escola. Em toda esta questão das escolas e do ensino racional tem-se olhado sobretudo para a propaganda revolucionária e

fechado os olhos à pedagogia. Por falta de boa vontade? Não; por falta de saber, de competência [...]. Não é por se ser bom sindicalista ou bom anarquista que se sabe dirigir uma escola, elaborar um plano de estudos, escolher-se o edifício ou, sequer, ter uma noção clara e precisa do que se deseja [...]. E entretanto, fundem-se escolas, se há meios para isso, mas sem etiqueta, escolas sem pretensão, nas quais se vão introduzindo os melhoramentos que a experiência dos competentes aconselhar e sem querer fazer das crianças pequeninos revolucionários, cheios de doutrina humanitária e emancipadora. (COSTA, setembro 1916, p. 237-238)

A lucidez deste diagnóstico é impressionante, em especial se pensarmos que, para além de coevo, é feito por alguém que batalha por essa mesma causa mas para quem os grandes princípios do ideal libertário, como a liberdade, a tolerância ou a racionalidade devem estar acima da cumplicidade para com iniciativas concretas de militantes do campo que não respeitam esses mesmos princípios.

## 2. Traços do “modelo educativo libertário”: breve roteiro por alguns fragmentos da obra de Adolfo Lima

Uma das opções que Adolfo Lima, e o anarquismo em geral, partilhavam com o republicanismo era a crítica à escola confessional e ao ensino de inspiração religiosa.

O ensino religioso, base do clericalismo, essa baixa superstição, bestializador e reacionário, devora tudo, envenena uma sociedade inteira, com os seus dogmas, os seus feitiços, com a abdicação da personalidade em holocausto dum deus violento, vingador e infecundo. Uma sociedade educada sob o regime clerical-religioso é

uma sociedade viciada, corrupta, incapaz de progresso, de verdade e de justiça. (LIMA, 1914, p. 40)

Inclusive, o tom violentamente anticlerical a que o autor recorre não está muito distante do que era usual na propaganda republicana. No caso do republicanismo, como sabemos (PINTASSILGO, 1998), o combate ao catolicismo, considerado o mais decisivo fator de agregação social existente no Portugal monárquico, tinha em vista o estabelecimento de um novo consenso social assente no laicismo e no culto cívico da Pátria. A escola surgia, nesta ótica, como o local privilegiado como contexto de socialização nos novos valores laicos e tendo em vista a formação do cidadão de que a jovem e instável República necessitava. Essa não é, no entanto, a opção de Adolfo Lima. Para ele, escola confessional e escola laica enfermam de um mesmo problema, são duas faces de uma mesma moeda. Referindo-se às medidas no sentido da laicização tomadas, logo em 1910 e 1911, pelo Governo Provisório formado na sequência da proclamação da República, diz Adolfo Lima:

O governo provisório, substituindo o ensino congregacionista ou jesuítico-religioso pelo militarista-patrioteiro, não faz mais do que substituir o milagre idiota pela força estúpida, a mentira religiosa pela violência militar, pela mentira patriótica. É dar igualmente um veneno corrosivo e perverso em vez de lições e exemplos essencialmente morais sobre a verdade, a justiça, a solidariedade! (LIMA, 1914, p. 40)

É o elemento de doutrinação, de inculcação de valores, segundo o autor presente tanto numa como noutra das opções, que lhe motiva tão acerba crítica. Em qualquer dos casos, não se

estaria a salvaguardar a liberdade de consciência da criança e do jovem. É esse o fundamento da sua crítica ao “monopólio do ensino” por parte do Estado e ao “amestramento patriótico” ou “adestramento no servilismo político” que aí teriam lugar no sentido de “submeter” ou “disciplinar” a mocidade (LIMA, s/d, p. 108). Só assim se compreende a sua crítica de fundo às escolas criadas pelo poder político - públicas, oficiais ou laicas. Segundo Adolfo Lima essas escolas têm por principal finalidade “fazer dos alunos eleitores, a que chama cidadãos; criar soldados que defendam a Pátria; alimentar o ódio ao estrangeiro; manter o amor fetichista pelo nosso exército, pela hierarquia social” (LIMA, 1914, p. 28). Esta crítica veemente ao Estado e ao seu papel educativo e às noções correlatas de cidadão, cidadão-eleitor e cidadão-soldado, traves-mestras dos ideários liberal e republicano, e às concepções patriótica e militarista, dão claramente conta da inspiração libertária que ilumina o seu pensamento.

Se bem que crítico da educação moral e religiosa como disciplina obrigatória do currículo escolar, Adolfo Lima vai-se mostrar igualmente crítico da sua sucedânea em contexto republicano – a educação cívica – que, segundo ele, promove “a escravidão do humano perante o Estado”. E acrescenta:

A educação cívica consiste no ensino duma série ou séries de puras abstrações, à frente das quais estão os termos pátria, estado, deveres do cidadão, direitos destes, eleições, voto. Ora não podendo as crianças, como é facto, e parece termos demonstrado, compreender o que sejam estes palavrões e outros como tais, segue-se que a educação cívica só pode ser imposta, ser ensinada dogmaticamente, como

uma corveia imposta pelo Estado à infância. (LIMA, 1914, p. 50)

Ou seja, para além do risco da doutrinação um outro problema preocupa Adolfo Lima, o relativo ao desajustamento entre os conteúdos que integram o programa de Educação Cívica e as crianças a que se destinam. Pelo seu grau de abstração, as noções em que assenta esse ensino não se adequam à etapa de desenvolvimento psicológico em que elas se encontrariam, algo a que Adolfo Lima é muito sensível tendo em conta o cientismo, de base psicológica e sociológica, que caracteriza o seu pensamento.

São igualmente dirigidas críticas severas em relação às práticas rituais e simbólicas fomentadas pelo republicanismo, que se apresentam como alternativas às do catolicismo e que, ainda que num registo mais informal e difuso, têm como finalidade a socialização dos cidadãos nos novos valores laicos, patrióticos e republicanos. Entre elas encontram-se os cultos da bandeira, do hino e dos heróis da Pátria, festas como a da árvore, uma iniciativa especificamente escolar, e os batalhões escolares associados à Instrução Militar Preparatória, introduzida então no currículo das escolas primárias. Adolfo Lima sublinha, mais uma vez, o paralelismo que considera existir entre os símbolos e rituais católicos e os seus sucedâneos laicos, na verdade imbuídos de uma espécie de religiosidade cívica, e critica-os na mesma medida.

A primeira comunhão e o juramento ou festa duma bandeira não têm tantos pontos de contacto? [...] Não são idênticas nos seus fins, aparte os símbolos? Não tendem ambas para a captação do adolescente? Não se realiza com ambas a renúncia à individualidade

e a submissão a dogmas, a símbolos que a criança não compreende? (LIMA, 1914, p. 41-42)

Algumas dessas práticas implicavam o envolvimento de crianças e jovens em cortejos cívicos ou marchas que, no caso dos batalhões escolares, tinham um caráter pré-militar. Esse recrutamento, em particular dos alunos das escolas primárias, que assumiam o protagonismo, por exemplo, nas festas da árvore, conduziu a uma acesa polémica no campo pedagógico, tendo em conta a tenra idade e o caráter acentuadamente político das referidas iniciativas. Adolfo Lima foi um dos educadores que sempre se mostrou frontalmente contra esse tipo de práticas de enquadramento.

Uma das heranças que nos deixou o ensino jesuítico e que mais me repugnam são, sem dúvida, as formaturas escolares: pôr crianças debaixo de forma, assemelhá-las aos soldados, obriga-las a andar emparelhadas ou ainda a fazer as célebres guardas de honra [...]. Quando vejo um desses espetáculos degradantes por essas ruas ou nas escolas e colégios, a mocidade submetida a esse jugo, a esse processo de manter a disciplina, indigno-me, porquanto é mais um meio de capar energias, de destruir a vida, de apagar a alegria e a expansão naturais da mocidade. (LIMA, 1914, p. 57)

Na verdade, Adolfo Lima mostra-se favorável a uma educação moral e social das crianças e jovens, a ser concretizada na escola, só que muito distante das práticas que considera doutrinadoras da educação cívica das escolas laicas. A sua opção a esse nível vem na linha do que se praticava habitualmente nas Escolas Novas e que ficou conhecido pela expressão *self-government*. Embora a sua preferência seja pelas expressões portuguesas

“autonomia dos escolares ou dos educandos”, o sentido é claramente o mesmo:

Considerada a Escola como um laboratório sociológico, como uma estufa, em que devem ser carinhosamente tratados os seres que hão de germinar para a vida social humana, ela tem de ser organizada e funcionar de modo que os educandos se exercitem naquela vida ideal de emancipação e de liberdade, de ação consciente e convergente, capaz de torna-los, *pela prática*, os futuros participantes e colaboradores de uma vida social superior, sublimada. (LIMA, s/d, p. 302)

Essa aprendizagem da vida social na “sociedade em miniatura” representada pela escola deveria, segundo o autor, respeitar a liberdade e a consciência da criança, não podendo conduzir a qualquer tipo de “ação tendenciosa” que pudesse insinuar ou impor à criança quaisquer “ideias prematuras”. Assim se compreende, em coerência com o seu ideal libertário, a defesa que faz da chamada “escola neutra”.

A neutralidade do ensino repele toda a espécie de dogma, seja ele religioso ou científico, seja ele meramente político ou sociológico [...]. A Escola não é desta ou daquela classe; é de toda a população, é de toda a gente – é humana! Tanto é do filho do rico como do pobre, do religioso como do irreligioso, do conservador como do avançado. A escola não deve ser burguesa, nem ser operária, sindicalista, comunista. A Escola é simplesmente Escola, como a Ciência é simplesmente Ciência! (LIMA, s/d, p. 119-121)

O caráter idealista ou utópico deste posicionamento parece-nos hoje óbvio, sendo relativamente consensual a ideia de que não há educação sem valores e

de que a escola nunca é neutra. À época compreende-se, em especial se tivermos em conta a crítica ao Estado e à política, no sentido convencional, a que Adolfo Lima, como em geral os meios anarquistas, procedem e, também, a evidência das práticas doutrinadoras, de sentidos diversos, desenvolvidas no interior da escola tanto em contexto monárquico como já em contexto republicano. Em todo o caso, a neutralidade que o autor defende para a escola refere-se, acima de tudo, ao “caráter não confessional religioso, político e filosófico” da mesma, em que todas as concepções a esses níveis são “merecedoras de livre exame e crítica” ficando a escola “fora de toda a feição tendenciosa” (LIMA, s/d, p. 128). De resto, o projeto educativo sustentado por Adolfo Lima, como não podia deixar de ser, assenta num conjunto de valores, a solidariedade acima de todos em coerência com o seu ideal libertário: “A educação tem por fim a solidariedade, essa nova atração universal, cuja força funda a humanidade numa só família” (LIMA, 1914, p. 53). Mas merecem também destaque a liberdade, considerada, na linha do *self-government*, “o melhor processo de disciplinar” (LIMA, 1914, p. 60) e a tolerância, vista como “a principal norma do professor” que “de modo algum deve ser um prosélito de qualquer doutrina” (LIMA, 1914, p. 77).

Embora avesso, como vimos, às escolas com uma conotação política, religiosa ou filosófica, Adolfo Lima procede, em *Pedagogia Sociológica*, a uma sistematização dos diversos tipos de escolas que considera existir no panorama pedagógico de então e onde inclui, entre diversas outras, a “escola moderna”, a “escola racional” (termo que não considera aceitável), as “escolas novas” ou a “escola ativa” (que

considera ser, antes, um “método ativo”). Curiosamente, tendo em conta a sua inspiração doutrinária, o autor considera que as “escolas novas”, apesar de mais antigas, “têm horizontes mais largos e cientistas do que a ‘Escola Moderna ou Racional’” (LIMA, s/d, p. 172). Ou seja, a experiência desenvolvida por Ferrer y Guardia em Barcelona não o parece entusiasmar, embora se tenha tornado um ícone da pedagogia libertária. Como já notámos, a concepção educativa de Adolfo Lima conjuga os valores sociais típicos do anarquismo com as ideias pedagógicas da Educação Nova, o que permite compreender a afirmação anterior. No esboço de definição apresentado para a “escola nova”, o autor destaca o “pedocentrismo” que a caracterizaria: “Nestes termos, a Escola nova é a ‘Escola por medida’, é a Escola em que o ensino tem a característica de ser essencialmente genético, isto é, parte das necessidades sentidas pela criança” (LIMA, s/d, p. 175). No entanto, para além de genético, acrescenta, esse ensino deve ser “funcional”, ou seja, deve empregar os processos do “método ativo” (LIMA, s/d, p. 257).

Não obstante a já referida proximidade em relação aos princípios da Educação Nova, para Adolfo Lima o modelo ideal corresponde ao que ele designa por “Escola social ou educação social” e que define da seguinte forma:

Educação Social significa criar e estimular o sentimento de simpatia e a ideia de justiça para com o próprio indivíduo e para com o seu semelhante: criar, estimular e desenvolver as tendências e necessidades sociais, individuais e coletivas; criar e desenvolver intensamente em cada indivíduo uma *consciência de ser social*, de ser que faz parte de uma coletividade e perante a qual tem

deveres e direitos. Este é, a nosso ver, o conceito mais largo e profundo de *Educação Social*. (LIMA, 10 janeiro 1924, p. 2)

Segundo o autor, a inspiração para este tipo de escola pode ser encontrada em Elisée Reclus, Paul Robin e, ainda, “na pedagogia social de John Dewey” (LIMA, s/d, p. 282). Encontramos novamente conjugadas duas tradições, a do pensamento libertário e a da Educação Nova. Na sua ótica, e dando conta do hibridismo que caracterizaria esta noção, a escola social reuniria em si as principais características da escola moderna, da escola racional, das escolas novas, da escola do trabalho, da escola ativa, entre outras, e apareceria sob a forma de “escola granja” ou de “escola oficina”. A sua principal especificidade tinha que ver com a ênfase das finalidades sociais da educação e surge expressa no excerto apresentado em particular pela referência à necessidade de desenvolver em cada indivíduo “uma consciência de ser social”. Para Adolfo Lima só existiria uma única escola social em Portugal: “É o seu protótipo a Escola Oficina nº 1” (LIMA, s/d, p. 374).

Como já notámos, a dimensão social da pedagogia libertária expressa-se, em particular, através de duas estratégias que podemos subsumir nos conceitos de “educação integral” e de “escola única”, ambos muito presentes no pensamento de Adolfo Lima. Ainda que o ideal de educação integral surja integrado em diferentes concepções pedagógicas, são igualmente diversas as interpretações que dele vão sendo feitas. Na leitura muito particular que Adolfo Lima faz desse ideal ele é apresentado como se segue:

[A educação integral] Procura educar o indivíduo em si próprio, aperfeiçoando e educando as atividades fisiológica, sentimental,

intelectual e social [...]. A educação integral sintetiza todas as funções e aspirações sociais do indivíduo. Está de harmonia com a progressiva dignificação do ser humano. É uma concepção larga, fecunda, intensamente socializadora, baseada, orientada no fim da humanidade, na ciência da vida e no progresso universal. (LIMA, 1916, p. 15-16)

A educação integral, segundo o autor, refere-se, por um lado, à necessidade de educar o aluno em todas as dimensões que fazem parte do seu ser e, por outro, à diversidade de áreas curriculares que devem procurar corresponder a esse desiderato. Se a Educação Nova também a postula, o que conduzirá, nesse contexto, à valorização de áreas como a educação física, a educação estética ou os trabalhos manuais, para além da educação intelectual e da educação moral, e de estratégias como as visitas de estudo ou os museus escolares, a especificidade da interpretação libertária prende-se com a ênfase das “funções e aspirações sociais” e com a sua orientação para o “fim da humanidade” e para o “progresso universal”. Sociabilidade, humanitarismo e universalismo são, pois, os seus traços distintivos.

O tema da escola única marca uma presença importante no debate pedagógico dos anos 20 em articulação com as preocupações relativas à construção de uma escola para todos. Não é por isso de estranhar a sua consonância com a pedagogia libertária. Adolfo Lima é um dos intervenientes nesse debate, designadamente por via de um artigo publicado na revista por ele dirigida, *Educação Social*, onde apresenta a seguinte definição para esse ideal:

A *Escola Única* visa prolongar e continuar a escola até ao nível

mínimo do saber e educação que todos os seres humanos normais devem possuir conforme as qualidades comuns e gerais da sua natureza [...]. A *Escola Única* é a escola prolongada ou de continuação para todas as crianças até aos 15 anos, idade em que, conforme as aptidões devidamente selecionadas seguem para as diversas carreiras, ingressando nas escolas preparatórias de tipo humanista ou de tipo cientista que lhes abrirão as portas das Escolas Técnicas Superiores (LIMA, 25 janeiro 1924, p. 28-29)

Todos os seres humanos, sem exceção ou exclusão de castas, classes ou sexos, devem passar pela Escola Única. Ela é, pois, a *Escola de Educação Humana*. Preconiza uma educação integral geral que marca o mínimo do nível de Educação geral a que é lícito aspirar todo o ser humano normal. (LIMA, 25 fevereiro 1924, p. 55)

Trata-se, como vemos, de extinguir as vias paralelas de ensino, socialmente diferenciadas, de modo a oferecer a todas as crianças e jovens um percurso comum de escolarização, necessariamente gratuito, ao mesmo tempo que se prolongava o próprio tempo de frequência da escola e que se promovia uma “educação integral geral” tendo como núcleo central os trabalhos manuais. O autor considerava, então, que os 15 anos seriam a idade ajustada para se poderem iniciar caminhos diferenciados de formação com base nas “aptidões devidamente selecionadas”. É o tema da igualdade de todos perante a escola que está aqui claramente colocado. Desconheciam-se à época, naturalmente, os contributos posteriores da sociologia da reprodução que permitiram olhar de forma mais complexa para os fatores sociais e culturais que estão na base das

desigualdades escolares. Em todo o caso, ainda que limitado este é um momento importante do percurso com vista à democratização do ensino – que conhecerá avanços e recuos nas décadas subsequentes - e que não deixará de ter influência nos projetos de unificação do ensino e de alargamento da obrigatoriedade escolar que se desenvolverão em Portugal a partir dos anos 60 e, muito em particular, em meados dos anos 70.

Podemos agora introduzir um outro tema que ocupa um lugar central nas conceções pedagógicas, de inspiração libertária, de Adolfo Lima. Trata-se do tema do pacifismo na sua relação com a educação. Para além de estar disperso na sua obra, o autor dedica-lhe um artigo, publicado em 1914 na *Revista de Educação: Geral e Técnica*. Adolfo Lima começa por criticar, em linha com o já aqui analisado, a escola entendida como “o laboratório onde se cultive o vírus patriótico” e, em particular, a chamada Instrução Militar Preparatória, onde se submeteria as crianças a “uma disciplina de ferro” transformando-as em “indivíduos odiando o estrangeiro”. Segundo afirma, para cumprir a sua missão – “criar individualidades” – a escola “deve ser entregue exclusivamente a pedagogos” não devendo nela entrar, “nem mesmo como simples professor de ginástica, o militar” (LIMA, outubro 1914, p. 169-170).

Para além disso, na sua opinião a escola deve fomentar ativamente uma educação para a paz: “a criança deve ser educada no sentido de amar a paz e de odiar a guerra – tão contrária à estética – e no desenvolvimento máximo de todos os sentimentos de solidariedade, baseada na simpatia e na justiça”. Essa educação não deve ser, no entanto, sinónimo de conformação ou sujeição

perante as posturas belicistas ou as agressões externas. Deve, pelo contrário, permitir a “virilização do caráter”, ou seja, a “indispensável robustez moral, capaz de ir até ao paradoxo de lutar para conquistar a paz”. Mas nessa luta pela dignidade individual ou coletiva não são as armas ou a “heroicidade guerreira” o que mais importa: “basta estar possuído pela Ideia, pela Ideia do Futuro, por um ideal convicto e racionalmente concebido. A Ideia vale todos os armamentos: é invencível” (LIMA, outubro 1914, p. 171-172). Este conjunto de excertos é bem ilustrativo do idealismo de cunho humanitarista e solidarista que permeia o pensamento de Adolfo Lima e, em geral, a própria doutrina libertária.

Em face da guerra concreta que então se iniciava, o autor interroga-se: qual deve ser a atitude da escola? “A Escola tem, pois, uma elevada missão educadora a cumprir na presente conjuntura: patentear os horrores duma guerra, através dos quadros que se vão desenrolando e promover na criança uma solidariedade humanitária” (LIMA, outubro 1914, p. 174). Em coerência com o espírito da Educação Nova, há que partir dos “casos concretos” para frisar os contrastes entre, por um lado, a guerra, o ódio, a inquietude, a desolação e a destruição e, por outro lado, a paz, o trabalho, a beleza, o amor e a tranquilidade. Essa postura implica o envolvimento afetivo das crianças e jovens, no âmbito de uma verdadeira educação moral, não no sentido de se enredarem nas “paixões” do momento, de tomarem partido por algum dos contendores mas, antes, fazendo-os “partilhar das dores dos que sofrem, das vítimas que ficam jazendo nos campos das batalhas e das que ficam reduzidas à miséria moral e económica” (LIMA, outubro 1914, p. 173). Se esta era a posição de princípio, cá como noutros

contextos, como sabemos, a Grande Guerra conduzirá a divisões no movimento anarquista com vários dos seus intelectuais a defenderem a legitimidade de se pegar em armas contra a agressão alemã. Terá sido essa, segundo Carlos da Fonseca (1988) a posição, entre outros, de Adolfo Lima e de Emílio Costa, que subscreveu a famosa “declaração dos dezasseis”. Este último, no *Germinal*, manifesta, de forma lúcida, a sua indignação pela postura intolerante dos anarquistas que haviam considerado essa posição como uma traição à causa: “Mas traidores, excomungados, ex-anarquistas, porquê? Porque pensam de modo diverso? Mas então onde está a tolerância, o espírito de relatividade, próprios da moral anarquista? Há um dogma ou dogmas anarquistas?” (COSTA, 1915, p. 2).

### Considerações finais

Este percurso pelo pensamento pedagógico de Adolfo Lima permitiu-nos compreender a forma como nele se entrelaçam, de forma harmoniosa, os grandes princípios da Educação Nova e as preocupações sociais típicas do anarquismo. A noção de “modelo educativo libertário”, proposta por António Candeias, não nos remete para a eventual especificidade de uma pedagogia libertária mas antes para o caráter original de uma tal síntese, tão bem personificada nas ideias e na ação de Adolfo Lima, intelectual libertário e impulsionador da renovação pedagógica operada na Escola Oficina nº 1 de Lisboa, o paradigma português de uma escola nova.

### Referências

CANDEIAS, A. **Educar de outra forma: A Escola Oficina Nº 1 de Lisboa: 1905-1930.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.

CANDEIAS, A. Lima, Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e. In: NÓVOA, A. (Dir.). **Dicionário de Educadores Portugueses**. Porto: Edições ASA, 2003. p. 736-746.

COSTA, E. Os anarquistas e a guerra europeia. **Germinal**, ano 1, n. 5, p. 1-2, 7 fevereiro 1915.

COSTA, E. Revolução e propaganda. II – Novo Rumo. Educação. **Germinal**: Mensário dedicado aos trabalhadores, n. 8, p. 237-238, setembro 1916.

FONSECA, C. **Para uma análise do movimento libertário e da sua história**. Lisboa: Edições Antígona, 1988.

LIMA, A. **Educação e ensino**: Educação Integral. Lisboa: Guimarães & C<sup>a</sup> Editores, 1914.

LIMA, A. A Escola e a Guerra. **Revista de Educação**: Geral e Técnica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos), série 3, n. 2, p. 169-174, outubro 1914.

LIMA, A. **Orientação Geral da educação**: Educação Geral e Especial: Educação Técnica (Separata da Revista de Educação: Geral e Técnica). Lisboa: Sociedade de Estudos Pedagógicos, 1916.

LIMA, A. Educação Social. **Educação Social**: Revista de Pedagogia e Sociologia, ano 1, n. 1, p. 1-4, 10 janeiro 1924.

LIMA, A. A Escola Única: Os seus fundamentos. **Educação Social**: Revista de Pedagogia e Sociologia, ano 1, n. 2, p. 27-29, 25 janeiro 1924.

LIMA, A. A Escola Única: As suas características. **Educação Social**: Revista de Pedagogia e Sociologia, ano 1, n. 4, p. 54-59, 25 fevereiro 1924.

LIMA, A. As Escolas Novas. **Educação Social**: Revista de Pedagogia e Sociologia, ano 1, n. 15-16, p. 277-283, 15 agosto 1924.

LIMA, A. **Pedagogia sociológica**. Lisboa: Couto Martins, s/d.

LOPES, R. J. F: **Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário»**: Uma associação representativa da classe dos manipuladores de tabaco, em particular, e da classe operária, em geral. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PINTASSILGO, J. **República e Formação de Cidadãos**: A Educação Cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa. Lisboa: Edições Colibri, 1998.